



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



Processo nº: 35.896/14

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Fiscalização de Pessoal

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE

Sessão: Pauta nº 71, S.O. nº 4903, de 4.10.2016

Publicação: DODF nº 185, de 29.9.2016, pág. 21

Ementa: Autos instaurados para examinar o cumprimento de determinação da Corte (inciso V da Decisão nº 1.894/14-CRR, exarada no Processo nº 4.197/10), referente a apuração da participação de servidores da Secretaria de Estado de Saúde em gerência ou administração de empresas privadas/sociedades civis ou no exercício do comércio, em desacordo com o art. 117, inciso X da Lei nº 8.112/90. Juntada de documentos do Processo nº 24.082/15-e (Representação nº 14/15-ML, Informação nº 105/15-SEFIPE e do Relatório/Voto condutor da Decisão nº 4.002/15-CPM). Exaurimento do prazo para atender o decidido. Reiteração da diligência (Decisões nºs 6.141/15-CPM e 1.048/16-CPM). PARECERES CONVERGENTES, com adendo do **Parquet**. A Instrução sugere o cumprimento parcial da diligência e determinações à jurisdicionada e a Controladoria-Geral do DF (abertura de PAD). O Ministério Público aquiesce à proposta do Corpo Técnico, com acréscimo de julgar procedente a Representação nº 14/15-ML e de emitir outra determinação à Secretaria de Estado de Saúde. VOTO de acordo, em parte, com os Pareceres.

RELATÓRIO

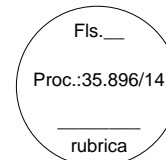
Cuidam os autos do exame do cumprimento de determinação da Corte (inciso V da Decisão nº 1.894/14-CRR¹, exarada no Processo nº 4.197/10), referente a apuração da participação de servidores da Secretaria de Estado de Saúde em gerência ou administração de empresas

¹ O Processo nº 4.197/10 cuida de Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal (Decisão Reservada nº 29/09-CRR) para apurar possíveis irregularidades ocorridas no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



privadas/sociedades civis ou no exercício do comércio, em desacordo com a legislação.

2. A referida deliberação determinou o envio de cópia dos documentos de fls. 456/500 do Processo nº 060.007.756/09 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF para apurar as irregularidades noticiadas pelo servidor Ayrton De Castro Gonçalves Barroso, de que outros servidores por ele relacionados também estariam descumprindo a legislação vigente, em especial o disposto no art. 117, inciso X, da Lei nº 8112/90 e no item b.4 da Decisão nº 42/06-CRCC.

3. Ato contínuo, atendendo determinação da Corte (Decisão nº 4.002/15-CPM, exarada no Processo nº 24.082/15-e), foi juntada a estes autos a Representação nº 14/15-ML, que versa sobre possíveis irregularidades no exercício de administração ou gerência de sociedades empresariais por servidores da Secretaria de Estado de Saúde.

4. Transcorrido o prazo para manifestação da jurisdicionada, o Tribunal reiterou os termos das Decisões nºs 1.894/14-CRR² e 4.002/15-CPM³ (Decisões nºs 6.141/15-CPM, fl. 473 e 1.048/16-CPM, fl. 480).

5. Em atenção ao decidido foram encaminhados os documentos de fls. 482/644 e 667/744.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

6. O Corpo Técnico, por meio da Informação de fls. 645/662, de 27.6.2016, analisa a matéria nos termos seguintes:

² DECISÃO Nº 1.894/14-CRR: “[...] V – determinar, ainda, o envio à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de cópia dos documentos de fls. 456/500 do Processo nº 060.007.756/2009, para que apure as irregularidades noticiadas pelo servidor AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO, de que outros servidores por ele relacionados também estariam descumprindo a legislação vigente, em especial o disposto no art. 117, inciso X, da Lei nº 8112/90 e no item b.4 da Decisão nº 42/2006, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas por aquela Pasta; [...]”

³ DECISÃO Nº 4.002/15-CPM: “[...] III – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação nº 14/2015-ML (e-doc 5A26C953) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; b) a juntada da Representação nº 14/2015-ML (e-doc 5A26C953), da Informação 105/15-SEFIPE, constante do e-doc 68006EED, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Processo nº 35.896/14 ; c) a análise da manifestação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal acerca da Representação no bojo do Processo nº 35.896/14; [...]”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

Fls. __

Proc.:35.896/14

rubrica

“Do cumprimento do item V da Decisão nº 1.894/2014

7. Com relação ao item V da Decisão nº 1.894/2014, em sua resposta de fls. 482/611 à reiteração constante na Decisão nº 1.048/2016, a jurisdição nada esclareceu.

8. Considerando que se tratava de análise de 993 casos supostamente ilícitos e da dificuldade de a jurisdição cumprir a determinação citada, foi realizado o cruzamento dos CPFs dos 993 servidores citados na inicial com o cadastro de sócios da Secretaria de Fazenda do DF (mês de referência fevereiro/2016, última versão disponibilizada a esta Corte) e verificou-se que apenas os 94 a seguir listados estão no cadastro de sócios como administradores ou em situações análogas:

TABELA I – Servidores da listagem dos 993 que possuem, no cadastro de sócios da SEF/DF, registro como sócio, exceto acionista, cotista ou comanditário			
Nº	CPF	Nome	Vínculo societário
1	00641912145	LARISSA ALVES TEIXEIRA CHAVES FIGUEIREDO	Sócio-administrador
2	00798036443	LAIS DE OLIVEIRA RIOS	Empresário
3	02246979439	JULIANA QUEIROZ ARAUJO	Sócio-administrador
4	02455697401	ALEXANDRE NIKOLAY DE VASCONCELOS RABELO LEMOS	Sócio-administrador
5	05199816349	ARNALDO QUEIROZ RIBEIRO	Sócio-administrador
6	06339980287	CANDIDO RODRIGUES MARTINS GOMES	Sócio-administrador
7	06461123334	GERALDO COSTA E SILVA OLIVEIRA	Sócio-administrador
8	06630995368	AGENOR PORTO MOUSINHO	Sócio-administrador
9	06758193187	GERALDO GUTTEMBERG SOARES JUNIOR	Presidente e Sócio-administrador
10	06947646200	MARIA ANCILLA DA SILVA MOURA	Sócio-administrador
11	08700931187	DIDIMO CARVALHO TELES	Sócio-administrador
12	09832777100	VALTER JOSE COSER	Sócio-administrador
13	11703121104	EMMANUEL CICERO DIAL CARDOSO	Sócio-administrador
14	12005223115	MARIA FATIMA DE CARVALHO PIRES	Sócio-administrador
15	12992216100	TERCIO FERREIRA REZENDE	Sócio-administrador
16	13113688841	JOSE AMERICO JUNQUEIRA DE MATTOS FILHO	Sócio-administrador
17	13385747449	TANIA WANDERLEY PAES BARBOSA	Sócio-administrador
18	14359790104	FLAVIO TADEU MARQUES VIEIRA	Empresário
19	14411849453	JOSE MINERVINO DE CARVALHO FILHO	Sócio-administrador
20	14551748153	MARCELO PEREIRA DE SOUZA	Sócio-administrador
21	14941120191	FERNANDO GONCALVES PINHEIRO	Empresário
22	14947218134	MARCOS GUIMARAES	Diretor-responsável e Sócio-administrador



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

Fls. __

Proc.:35.896/14

rubrica

23	15296075153	MARIA TERESINHA DE OLIVEIRA CARDOSO	Sócio-administrador
24	15916596391	IVANDA MARTINS CARDOSO	Sócio-administrador
25	16044223434	VERA LUCIA ALVES DE LIMA RODRIGUES	Presidente e Sócio-administrador
26	16224965404	AYRTON DE CASTRO GONCALVESBARROSO	Administrador não sócio
27	16767225568	JULIVAL FAGUNDES RIBEIRO	Sócio-administrador
28	19811594368	ARELI LIMA FERNANDES	Empresário
29	21502102153	HEBERT NELSON SILVA GUIMARAES	Sócio-administrador
30	21942188153	MARIA APARECIDA DE ASSIS	Sócio-administrador
31	23873620120	MESSIAS ADJALBAS MUNIZ BARBOSA	Dirigente
32	25428284404	GUTEMBERG DE FREITAS REGO	Sócio-administrador
33	26324776468	RICARDO KLINGER CORREIA LIMA	Sócio-administrador
34	27871991515	RENATO SERGIO LYRIO MELLO	Sócio-administrador
35	27904822687	IGOR VASCONCELOS DE OLIVEIRA CALVO	Sócio-administrador
36	28472640434	KATIA MARIA NUNES DE ARAUJO	Sócio-administrador
37	29601320172	ANDRE LUIZ BEHR DA ROCHA	Sócio-administrador
38	29624053120	ROSA MARIA VIANA	Empresário
39	30988527120	MARCO AURELIO DE FRANCA MOREIRA	Sócio-administrador
40	33408017115	ROSELLE BUGARIN STEENHOUWER	Presidente
41	33417008115	LUCELIA MARTINS PINTO MELGARES	Sócio-administrador
42	34597131191	DANDY SHINICHI YAMAUCHI	Sócio-administrador
43	34989218353	CASSIA FERANDES NOGUEIRA MARQUES SARAIVA	Sócio-administrador
44	36349143191	TALITA LEMOS ANDRADE	Sócio-administrador
45	37949519134	EDVA PAULA MONTEIRO DA COSTA	Sócio-administrador
46	38011166115	ANGELA KOURY MENESCAL LANDWEHR	Sócio-administrador
47	39287394172	CRISTIANE HENRIQUES SOARES DE PAIVA LOPES	Sócio-administrador
48	39859568120	VALDEVINO VALENTIM DE SOUSA	Empresário
49	40053024320	ROBERTO FRANKLIN DE ALENCAR GONCALVES	Empresário
50	40811131653	CARLOS FERREIRA PORTILHO	Sócio-administrador
51	43521991172	EURICO APARECIDO LOPES DA SILVA	Sócio-administrador
52	47620803149	HERLEI RIBEIRO DA SILVA	Sócio-administrador
53	48202347300	SERGIO GOMES MORENO	Sócio-administrador
54	48286524187	ANNY KELLER LOPES BERGAMINI	Sócio-administrador
55	50820680753	LUIZ ANTONIO MEDEIROS FALCAO	Sócio-administrador
56	53866819153	MARILEYDE BORGES DE SOUSA	Sócio-administrador
57	54679460644	SHEILER TORRES RESENDE	Sócio-administrador



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

Fls. ____

Proc.:35.896/14

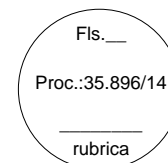
rubrica

58	55302955920	CLARA MIYUKI KONDO	Sócio-administrador
59	55374417304	RENATA BRASILEIRO REIS PEREIRA	Sócio-administrador
60	56357435104	HOSANA ROSA DO CARMA	Empresário e Sócio-administrador
61	56390114168	MARIA HELENA PAZ CUNHA	Empresário
62	57406995172	GESIEL BARRETO LUZ	Sócio-administrador
63	58433562134	BRUNO VILALVA MESTRINHO	Sócio-administrador
64	58610243168	KATIA PAULA DE ARAUJO	Sócio-administrador
65	59054700815	JOSE RUBENS IGLESIAS	Sócio-administrador
66	60577827120	RONY MAFRA LIMA	Sócio-administrador
67	61090999100	HUMBERTO CARVALHO BARBOSA	Sócio-administrador
68	62069853187	ZILDIMAR ALVES DE OLIVEIRA	Sócio-administrador
69	64728510182	IRIS GARDENIA CAVALCA E SILVA	Sócio-administrador
70	65734777587	EDJANE GUERRA DE AZEVEDO MACHADO	Sócio-administrador
71	66286034404	PAULO HENRIQUE DA SILVA FREITAS	Sócio-administrador
72	66411262691	RONALDO ALBENY ROQUE MORAES	Sócio-administrador
73	67687318404	LUCIANA CHAVES DE LEMOS	Sócio-administrador
74	69211841100	FARID BUITRAGO SANCHEZ	Dirigente Sócio-administrador
75	70406642400	CARLOS HENRIQUE RORIZ DA ROCHA	Sócio-administrador
76	71106723791	MARCUS CESAR PETINDA FONSECA	Sócio-administrador
77	71836055153	ALTINO VIEIRA DE REZENDE FILHO NETO	Empresário
78	72144440115	ANTONIO VICTOR PAES DE VASCONCELOS	Sócio-administrador
79	74755510678	ANDREA DE OLIVEIRA PENIDO	Presidente
80	77287541149	GUSTAVO DE LIMA AZEVEDO	Sócio-administrador
81	78300746153	BRUNO DA SILVA MOREIRA	Sócio-administrador
82	81697821634	ALESSANDRA MARIA PELOSO	Sócio-administrador
83	83125450691	ROBERTA MATTOS BARROS	Sócio-administrador
84	84019182191	DANGLADES RESENDE MACEDO EID	Sócio-administrador
85	85440752153	HENRIQUE ARAGAO SILVEIRA	Sócio-administrador
86	85476277153	TIAGO DE OLIVEIRA SILVA	Sócio-administrador
87	88040755387	DANIELE AMORIM AITA	Sócio-administrador
88	88855244191	GRAZIELLE CRISTINE BARBOSA DOS SANTOS	Empresário
89	89347889415	JANDUI GOMES DE ABREU FILHO	Sócio-administrador
90	91592488153	PAULO LEANDRO SOUZA MARTINS	Sócio-administrador
91	93180039604	FERNANDO DIOGO BARBOSA	Sócio-administrador



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



92	96128488153	EUGENIO GALDINO DE MENDONCA REIS FILHO	Sócio- administrador
93	96816309472	JANAINA LEILA DE OLIVEIRA BATISTA	Empresário
94	97799882115	SYLVIA MARIA LEITTE FREIRE	Sócio- administrador

9. Em face disso e tendo em conta que, embora o cadastro consultado englobe apenas os vínculos societários distritais, é pouco provável que existam muitos outros vínculos societários dos demais servidores em outras unidades da federação, de modo que esta Corte pode determinar que o cumprimento do item V da Decisão nº 1.894/2014 priorize os 94 servidores supracitados. Assim, haverá uma redução de mais de 90% do trabalho a ser realizado pela SES/DF, provavelmente sem perda significativa no resultado esperado, possibilitando que a jurisdicionada venha a cumprir a determinação desta Corte em um prazo razoável.

Da Representação nº 14/2015-ML**Dos Servidores que Cumulam Cargo Público e Administração ou Gerência de Entidade Privada**

10. Neste tópico, trataremos dos 5 servidores listados na Representação nº 14/2015-ML, que supostamente exerceriam administração ou gerência de entidade privada cumulativamente com cargo público (primeira parte da representação).

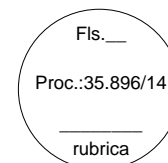
11. Com relação ao servidor **Sérgio Raimundini Cavechia**, matrícula nº 01276174, constatou-se no Sistema CNPJ, da RFB, que a **Clínica do Rim de Águas Lindas**, CNPJ nº 05.469.171/0001-88, aberta em 07/01/2003, foi extinta por liquidação voluntária em 06/05/2008 (fl. 612), corroborando parte da informação prestada pelo servidor à fl. 502-v. Deve-se ressaltar que não consta no Sistema CNPJ, da RFB, informação de que ele seja atualmente sócio-gerente ou administrador de outras sociedades (fl. 613) e, no cadastro de sócios da SEF/DF, também não consta qualquer registro nesse sentido, pois a Clínica do Rim de Águas Lindas não estaria na jurisdição do DF. Tendo em conta que o prazo prescricional só começaria a “correr da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata do servidor, ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar” (art. 208, § 1º, da LC nº 840/2011²), não haveria óbice para o GDF instaurar processo administrativo disciplinar com vistas a apurar suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011 e no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/1990. Porém, considerando que a sociedade já foi liquidada há vários anos, sendo difícil apurar atualmente eventuais prejuízos

² Ainda que se considerasse que deveria ser aplicada a Lei nº 8.112/1990, vigente à época do fato, pouco mudaria, uma vez que o art. 142, § 1º, dessa norma tem conteúdo similar ao da LC nº 840/2011, *in verbis*: “Art. 142. A ação disciplinar prescreverá: [...] § 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



eventualmente causados no período em que houve o acúmulo das funções, e, s.m.j., não havendo elementos que indiquem que houve prejuízo para as funções exercidas por ele na SES/DF, entendo que poderia ser relevada essa possível ilegalidade.

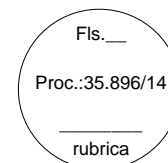
12. No caso do servidor **Enzio Galvão Diniz Torreão Braz**, matrícula nº 01314556, observou-se no cadastro de sócios da SEF/DF que ele teria sido sócio-administrador da **Amigo Assistência Médica Ltda.** (fl. 614), mas ele foi excluído dessa sociedade em 10/08/2010 (fl. 615-v). No Sistema CNPJ, da RFB, consta que ele foi Diretor da **Cooperativa dos Centros de Diálise e Transplante Associados Ltda. (CCDTA)**, supostamente no período de 08/01/2001 a 23/10/2003 (fl. 615). Devido ao extenso tempo decorrido desde a solução da possível irregularidade, as mesmas considerações do parágrafo anterior se aplicam a este caso, assim como a proposta de providência a ser adotada. Quanto ao vínculo com a **Clinefro Brasília Serviços Médicos Ltda.**, consta no Sistema CNPJ que ele é sócio não-administrador (fl. 615) e, na alteração social apresentada pelo servidor, datada de 31/03/2015, não o consta como sendo administrador na configuração anterior da sociedade e não há indicação de alteração na cláusula que trata deste aspecto societário, razão pela qual entendo que a documentação apresentada é suficiente para a comprovação da situação lícita do servidor quanto ao vínculo com tal entidade.

13. Sobre a servidora **Rosana Chicon Silva**, matrícula nº 01292269, embora conste no Sistema CNPJ, da RFB, que ela seria sócia-administradora do **Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica de Formosa Ltda. (Seanef)**, a última alteração naquele sistema ocorreu em 12/09/2005 (fl. 616), enquanto ela apresentou a 4ª Alteração Contratual (fls. 513/517), de 17/04/2012, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 28/05/2012, comprovando que não mais seria sócia-administradora da sociedade. E a servidora **Renata Miguel Quirino**, matrícula nº 0154506X, foi sócia-administradora na **Bellotto & Furtado Serviços Nefrológicos**, tendo sido registrada sua exclusão dessa sociedade em 14/08/2006 (fl. 617), poucos meses após seu ingresso na SES/DF, em 07/04/2006. Ambos os casos se enquadrariam na mesma situação dos dois servidores listados nos parágrafos anteriores, além de a servidora **Renata** possivelmente ter se desligado da **Bellotto & Furtado Serviços Nefrológicos** antes do ingresso na SES/DF, dada a proximidade entre essas datas e o fato de que o registro na Receita Federal geralmente é feito algum tempo após a alteração contratual. Porém, elas também foram sócias-administradoras, segundo o Sistema CNPJ, da RFB, do **Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda.**, possivelmente no período de 07/04/2014 a 01/06/2015 (fls. 518/522 e 616/617). Em face de terem se desligado desse vínculo societário recentemente impediria a aplicação do entendimento aplicado aos casos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



anteriores e, portanto, entendo que deve ser recomendado à SES/DF a instauração de processo administrativo disciplinar com vistas a apurar suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011, em relação ao vínculo com o **Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda.**, CNPJ nº 20.037.851/0001-16.

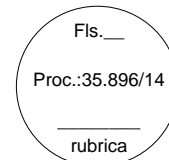
14. Por fim, quanto ao servidor **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, entendo que merecem prosperar as razões de justificativa de modo a serem considerados regulares os vínculos societários com a **Imagem Clínica de Ecografia e Radiologia Ltda. EPP, Artros Ortopedia Ltda. – EPP e Gestão Imóveis Ltda.**, em face da documentação juntada aos autos (fls. 541-v/563) e do que consta no Sistema CNPJ, da RFB (fls. 618/619), que comprovam que ele não é sócio-administrador dessas entidades. Por outro lado, não se pode dizer o mesmo em relação à função de diretor exercida nos **Hospitais Santa Helena e Prontonorte**. É que os estatutos de ambos os hospitais (fls. 566/573) dispõem de modo contrário ao que ele afirmou às fls. 541-v/545, como se vê: **(1)** o Diretor Técnico e Clínico administra a companhia juntamente com os outros três diretores (artigo 12 dos Estatutos); **(2)** o Diretor Técnico e Clínico poderia vir a exercer as atribuições no caso de ausência de outros diretores (artigos 15, parágrafo único, e 24, inciso II, dos Estatutos); **(3)** a função dele não é apenas auxiliar os demais diretores (essa cláusula de auxiliar os demais diretores consta nas atribuições de todos os cargos de diretor, conforme artigos 21 a 24 dos Estatutos); **(4)** ao contrário, as atribuições definidas no artigo 24 dos Estatutos indicam o caráter gerencial do cargo, até porque as atividades de supervisão e coordenação técnica, que o servidor alegou realizar nos hospitais em questão (fls. 541-v/545), configuram atividades típicas de gerência/administração; **(5)** a vedação do art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011 não é apenas restrição à prática de atos ordinários de gestão, até porque não faria sentido a um Diretor Técnico e Clínico realizar pagamentos ou comprar bens móveis ou imóveis, mas o próprio Estatuto determina que ele pratique outros atos de gestão, como supervisionar a orientação médica dos serviços, verificar a correta internação dos pacientes e zelar para que a assistência médica seja eficiente e contínua, por exemplo (artigo 24 dos Estatutos); **(6)** o caráter gerencial das funções exercidas independem da remuneração; **(7)** o servidor não é um mero consultor dos hospitais, como alegou, mas exerce importante cargo na diretoria das companhias e é também o quinto maior acionista do Medgrupo Participações SA, que controlava o Hospital Santa Helena³ e tem importante participação societária no Prontonorte (fls. 620/622). Pelo exposto, entendo que a SES/DF deve instaurar processo administrativo disciplinar para apurar suposta prática da

³ O Hospital Santa Helena teria sido adquirido recentemente pelo grupo Rede D'or. Disponível em: <<https://www.postalsaude.com.br/beneficiario/noticias/maternidade-do-hospital-santa-luzia-sera-transferida-para-o-hospital-santa-helena-no-df>>. Acesso em: 23 jun. 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011 em relação aos vínculos com os Hospitais Santa Helena e Prontonorte pelo servidor em tela.

Dos Contratos Firmados pela SES/DF com Sociedades cujos Sócios são Servidores da SES/DF

Da Impossibilidade de Contratação

15. O artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 veda a participação de empresas cujos sócios sejam servidores públicos do próprio órgão/entidade contratante, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

[...]

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

[...]

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO - EMPRESA - SERVIDOR LICENCIADO – ÓRGÃO CONTRATANTE. Não pode participar de procedimento licitatório, a empresa que possuir, em seu quadro de pessoal, servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Lei nº 8.666/93, artigo 9º, inciso III). O fato de estar o servidor licenciado, à época do certame, não ilide a aplicação do referido preceito legal, eis que não deixa de ser funcionário o servidor em gozo de licença. Recurso improvido. (STJ – REsp 254115/SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/2000, DJ 14/08/2000, p. 154)

16. Na mesma linha, o entendimento doutrinário de Marçal Justen Filho, citado na inicial:

*[...] não podem participar da licitação o servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. **Também se proíbe a participação de empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores, etc., sejam servidores ou dirigentes dos órgãos contratantes. Essa vedação reporta-se ao princípio da moralidade, sendo pressuposto necessário da licitação e contratação administrativa.** [...] (JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012. p. 191. grifo nosso).*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



17. Sendo assim, não pode a SES/DF vir a contratar entidades cujos sócios também sejam servidores dessa Secretaria.

18. Ao violar tais normativos e princípios legais, o servidor público poderia, em tese, estar incorrendo em violações previstas na LC nº 840/2011, a saber:

Art. 192. São infrações médias do grupo II:

[...]

IV - exercer atividade privada incompatível com o exercício do cargo público ou da função de confiança;

[...]

Art. 194. São infrações graves do grupo II:

[...]

IV - valer-se do cargo para obter proveito indevido para si ou para outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

[...]

Do Conflito de Interesses

19. Além de ferir a lei, essas contratações de entidades privadas cujos sócios são servidores da própria Secretaria acarretam situações indesejáveis/não recomendáveis, ou uma fonte de risco, segundo a ISO 31000:2009. E, de acordo com o Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO), como princípio das atividades de controle, a organização deve selecionar e desenvolver “atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos”⁴. Registre-se que tanto a ISO 31000:2009 quanto o documento Controle Interno - Estrutura Integrada, de 2013, do COSO, devem ser adotadas pela Administração Pública distrital por força do Decreto nº 37.302/2016.

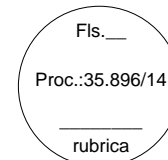
20. Apenas exemplificando com casos que foram detectados nos 5 contratos constantes na inicial da Representação nº 14/2015-ML, observou-se situações em que servidores da SES/DF que são sócios de entidades contratadas, além de pertencerem à mesma carreira, também trabalham na mesma unidade que os responsáveis pela fiscalização. Esse contexto poderia, não só nesses casos, como também em outros análogos, influenciar decisões, inibir executores de contratos a adotar medidas severas

⁴ Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. **Controle Interno - Estrutura Integrada**. maio 2013. Traduzido por PwC. Disponível em: <http://www.iiabrazil.org.br/new/2013/downloads/coso/COSO_ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



em relação à entidade contratada, caso necessário, ou, uma vez tomadas essas medidas, ocorrer constrangimentos e animosidades no ambiente de trabalho, posto que contrariariam interesses econômicos dos (ex-) colegas de trabalho, também sócios da entidade contratada.

21. Foi constatada ainda situação em que o executor do contrato estaria supostamente subordinado a sócia da entidade contratada, além de esta sócia, enquanto chefe da Unidade de Nefrologia, poder, ao menos em tese, influir no processo decisório da SES/DF quanto às políticas relativas a tratamentos de pacientes renais que de alguma forma pudessem afetar o contrato com a entidade da qual é sócia, o que aprofundaria mais ainda o conflito de interesses.

22. Em um dos contratos analisados, também foi detectado caso em que servidor da SES/DF e sócio de contratada, assinou dois termos aditivos pela entidade, situação que poderia configurar conflito de interesses com os da SES/DF.

23. Ademais, parece haver conflito de interesses entre as atribuições dos profissionais da saúde e a prestação de serviços na mesma área para seu empregador. É que se espera que o Poder Público possa prestar o máximo possível de seus serviços diretamente, com eficiência, eficácia e economicidade, buscando complementar com serviços da iniciativa privada apenas quando não puder suprir com seus próprios recursos. E, quanto menos o Poder Público prover o serviço de saúde com seus próprios recursos ou quanto mais pacientes forem encaminhados para realização de procedimentos de terapia renal substitutiva, mais demanda para serviços da iniciativa privada e mais dinheiro será pago às entidades contratadas. Não que isso esteja necessariamente ocorrendo nos casos aqui citados ou em outros, mas é fato que há esse risco sempre que os mesmos profissionais que fazem o serviço público de saúde e que são responsáveis por encaminhar pacientes para a rede de atendimento, também se beneficiarem financeiramente dessa situação, seja pelo incremento artificial do número de pacientes, seja pela baixa eficiência dos serviços executados pela própria SES/DF.

24. Há poucos dias, no curso da CPI da Saúde, houve relato da baixa eficiência dos tomógrafos dos hospitais públicos do DF (abaixo), situação que pode se repetir em diversas outras áreas, inclusive na nefrologia, que engloba 4 dos 5 contratos que foram objeto da Representação nº 14/2015-ML, e pode estar sendo agravada por conflitos de interesses como os ora relatados, prestados pelo Presidente do Conselho Regional de Radiologia do Distrito Federal:

O presidente do Conselho Regional de Radiologia do Distrito Federal, Adriano Levay, disse nesta quinta-feira (23) à CPI da Saúde que falta manutenção em aparelhos radiológicos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

Fls. ____

Proc.:35.896/14

rubrica

como os tomógrafos, na rede pública da capital. Segundo ele, também há encaminhamento de pacientes para a rede privada.

Levay disse que “85% dos exames que poderiam ser feitos na rede pública de saúde do DF” são feitos em clínicas particulares. “Dos dez tomógrafos dos hospitais públicos, 60% estão quebrados”. Durante depoimento, ele afirmou que as máquinas de revelação em funcionamento são obsoletas.

“O resultado desse sucateamento são péssimas imagens e o comprometimento dos laudos para detecção das patologias.” [...]

(G1 Distrito Federal. Depoente na CPI da Saúde aponta falta de manutenção em tomógrafos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/depoente-na-cpi-da-saude-aponta-falta-de-manutencao-em-tomografos.html>>. Acesso em: 24 jun. 2016. Grifo nosso)

25. Especificamente quanto à área de nefrologia, esta Corte realizou recentemente uma auditoria de regularidade cujo objetivo era examinar a contratação de entidades particulares para a execução de serviços de terapia renal (Processo nº 11.843/2015), tendo constatado naqueles autos conflito de interesses, como se vê (pp. 3-4 do Relatório Final. e-DOC nº EC5ACA5F-e):

Embora expressamente vedado na Lei 8666/1993 e nos editais de credenciamentos, verificou-se a contratação de clínicas prestadoras de TRS que possuíam, no quadro societário, servidores públicos da SES/DF. Situação que possibilita o conflito de interesses e a parcialidade na atuação dos servidores, seja por meio da obtenção de informações privilegiadas ou diante da possibilidade de influência nas instâncias administrativas da SES/DF. A irregularidade está demonstrada no Quadro a seguir.

Quadro 1. Relação de servidores públicos do Distrito Federal que são sócios das clínicas de TRS contratadas pela SES/DF.

Matrícula SES	Situação Funcional	Clínica ⁵	Vínculo
---------------	--------------------	----------------------	---------

⁵ Clínicas contratadas: Clínica de Doenças Renais de Brasília Ltda. – CDRB; Clínica de Doenças Renais de Taguatinga Ltda – CDRT; Instituto de Doenças Renais Ltda – IDR; Instituto de Doenças Renais de Ceilândia – IDRC; Nephron Brasília Serviços Médicos Ltda. (matriz - Gama) – Nephron Gama; Nephron Brasília Serviços Médicos Ltda. (filial - Taguatinga) – Nephron Taguatinga; Renal Care – Prevenção e Tratamento Ltda. – Renal Care; Clínica de Nefrologia Renal Vida – Renal Vida; Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica Ltda.– SEANE; Sociedade de Clínicas Médicas S/S – SOCLIMED.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

Fls. __

Proc.:35.896/14

rubrica

0118248X	Aposentado	CDRB	Sócio Administrador
		CDRT	Sócio
1297546	Aposentado	CDRT	Sócio Administrador
1280465	Normal	CDRT	Sócio
1384236	Normal	CDRT	Sócio
1353268	Normal	IDR	Sócio
1276174	Normal	IDRC	Sócio
		SEANE	Sócio
0169927X	Normal	IDRC	Sócio
1542303	Normal	IDRC	Sócio
16584929	Desligado	IDRC	Sócio Administrador
14420554	Normal	IDRC	Sócio
1234226	Aposentado	RENAL CARE	Sócio
1226134	Aposentado	SEANE	Sócio
1292269	Normal	SEANE	Sócio
1501259	Requisitado	SEANE	Sócio
0154506X	Normal	SEANE	Sócio
1252771	Normal	SOCLIMED	Sócio

Fonte: SIGRH e Sistema CNPJ, acesso em 12/08/15.

26. Ainda no Relatório Final da citada auditoria, também foram observadas falhas no processo de contratação das entidades (p. 3):

No tocante a primeira questão, observou-se que apesar de ser previsto na Portaria GM/MS 1034/2010 a obrigatoriedade da existência de um Plano Operativo em todos os ajustes firmados entre a SES/DF e as clínicas contratadas, os editais de credenciamentos dos anos de 2006 e 2009 não possuíam tal instrumento. Além disso, embora no edital de credenciamento de 2014 exista uma Minuta do Plano Operativo, esse documento não possuía todos os elementos exigidos pela Portaria.

Nos processos dos editais de credenciamentos não constam elementos suficientes para justificar a contratação de clínicas para prestação de serviço de Terapia Renal Substitutiva - TRS, bem como o quantitativo de vagas a serem contratadas. Como consequência, pode ocorrer estimativa incorreta do quantitativo de serviços de TRS a serem terceirizados, devido à ausência de fundamentos em estudos técnicos detalhados.

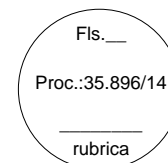
27. E, ainda, relevantes falhas na fiscalização dos contratos (pp. 4-5):

No que tange à terceira questão, a prestação dos serviços de TRS pelas clínicas contratadas não seguem todos os ditames das normas específicas do SUS. Verificaram-se falhas recorrentes descritas nos relatórios de vistoria do órgão de vigilância sanitária local. Além disso, foram observadas inconformidades nos exames realizados; na proporção de profissionais por paciente; no atendimento dos profissionais da equipe de humanização: psicólogo, nutricionista e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



assistente social; no que preceitua o instrumento contratual; entre outros. As falhas contrariam a RDC3 - ANVISA 11/2014, que trata dos Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise, bem como a Portaria GM/MS 389/2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica – DRC. Dessa forma, os serviços permanecem ao longo do tempo sendo realizados em desconformidade com a legislação e com os contratos celebrados.

Ainda, foram verificadas irregularidades no controle da SES/DF sobre a prestação dos serviços de TRS pelas clínicas. Verificou-se a designação de executores responsáveis por mais de 3 contratos, contrariando dispositivos legais. Além disso, foram constatados executores de contratos que possuíam vínculos laborais com clínicas contratadas, o que evidencia ofensa ao princípio da segregação de funções e prejudica a imparcialidade na fiscalização dos ajustes. Corroborando com esse quadro, verificou-se a inexistência de registros e a precariedade do acompanhamento e da fiscalização dos contratos firmados. Foram identificadas várias incongruências nos documentos comprobatórios da execução dos serviços, além da ausência de qualquer manifestação dos executores sobre os fatos.

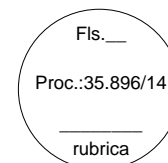
28. Por tudo o que foi apresentado nos parágrafos anteriores e também o que foi apurado nos autos do Processo nº 11.843/2015, é de se esperar que os conflitos de interesses tenham contribuído, em maior ou menor grau, para os problemas encontrados pela equipe da auditoria objeto do Processo nº 11.843/2015, além das inúmeras deficiências relatadas no Relatório Final do Processo nº 3.120/2015-e (e-DOC nº e-DOC E2D7D48A-e), que trata de auditoria operacional para analisar a oferta de serviços de Terapia Renal Substitutiva – TRS aos pacientes renais crônicos. Por essa razão, esses conflitos de interesses devem ser eliminados ou, ao menos, minimizados pela SES/DF, de modo a assegurar a prestação dos serviços pelas clínicas particulares dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde ou pelos contratos de prestações de serviços, tendo sempre como foco garantir a qualidade no atendimento aos pacientes.

29. Nos subtópicos subsequentes serão tratadas apenas as peculiaridades detectadas em cada contrato, que poderiam caracterizar ou contribuir para a existência de eventuais situações que causassem conflitos de interesse entre a SES/DF e as entidades contratadas ou os sócios dessas entidades, posto que o fato de as contratadas terem sócios que são servidores da SES/DF, infringiria o artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, além de, ao menos em tese, poder haver conflitos de interesses nas relações SES/DF-contratada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



Do Contrato nº 160/2014-SES/DF (Clínica de Doenças Renais de Taguatinga Ltda.)

30. No caso do **Contrato nº 160/2014-SES/DF**, firmado entre a **SES/DF** e a **Clínica de Doenças Renais de Taguatinga Ltda.**, CNPJ nº 38.033.882/0001-64, em 17/06/2014, assim como no primeiro aditivo, em 10/06/2015, observou-se que assinou pela contratada o servidor da jurisdicionada **Evandro Reis da Silva Filho** (fl. 623), portador do CPF nº 149.767.141-87 e da matrícula nº 0118248X (inativo desde 04/06/2012), embora o mesmo conste no sistema da RFB apenas como sócio (não-administrador), à fl. 625, não sendo possível afirmar se à data da assinatura ele seria administrador da entidade contratada.

31. Ressalte-se, ainda, que tanto o servidor inativo **Evandro**, já citado, quanto **Liene Maria Sobral Neves**, portadora do CPF nº 296.260.132-49 e da matrícula nº 01384236, também servidora - ativa - da jurisdicionada e sócia da contratada, além de pertencerem à mesma profissão (todos médicos, da mesma especialidade: nefrologia), trabalhavam/trabalham na mesma lotação (Unidade de Nefrologia do Hospital Regional de Taguatinga) em que os executores titulares e substitutos do referido Contrato (**Gladson Paiva Ferreira**, matrícula nº 01653199, **Kristiane Almeida Flauzino**, matrícula nº 01422502, e **Luciana da Silva Cruvinel**, matrícula nº 01905457), conforme consta no SIGRH e na fl. 624. A outra sócia da Clínica e também servidora da SES/DF citada na Representação nº 14/2015-ML (fls. 456/457), **Maria da Penha Almeida Batista**, portadora do CPF nº 280.286.514-53 e da matrícula nº 01280465, está lotada, ao menos desde maio/2012, no Hospital de Base do Distrito Federal.

32. Acrescente-se que a contratada deveria prestar serviço em algumas Regiões Administrativas, inclusive em Taguatinga e no Plano Piloto, onde atuam os servidores da SES/DF que também são sócios dela.

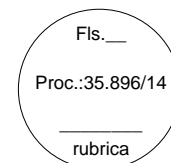
Do Contrato nº 028/2013-SES/DF (Seane - Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica Ltda.)

33. Quanto ao Contrato nº 028/2013-SES/DF, firmado entre a Secretaria de Saúde e o Seane para a prestação de serviços de Terapia Renal Substitutiva – TRS (fls. 626/627), observou-se que **Odimary Araújo Costa Reis Silva**, portadora do CPF nº 078.214.093-91 e das matrículas nºs 01159011 (aposentada) e 01501259 (cedida da SE/DF do vínculo de matrícula nº 00548219) na SES/DF, é sócia da Seane e exerce a chefia da Unidade de Nefrologia do Hospital de Base do DF na SES/DF, mesmo setor em que trabalha o executor titular do referido Contrato, **Marcelo Pereira Lodônio**, matrícula nº 01663100, conforme consta no SIGRH e no DODF (fl. 628). O servidor e sócio da Seane **Hilton Carlos Rocha Dias**, portador do CPF nº 224.659.951-20 e da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



matrícula nº 01226134, também trabalhava na mesma unidade à época da assinatura do contrato, tendo aposentado em 19/05/2015.

34. Registre-se, ainda, que, enquanto o sócio-administrador da Seane, **Danilo Dário Dias**, possui apenas 0,5% do capital social da sociedade, a servidora/sócia **Odinary** possui 10,87% e o servidor/sócio **Hilton**, 28,12%, ao passo que os outros 3 sócios da contratada, todos servidores da SES/DF e que foram citados na Representação nº 14/2015-ML (fls. 456/457), integralizaram o restante do capital social dessa sociedade (fls. 497-v/502). Ou seja, o administrador é aquele que menos se beneficia dos resultados da entidade e consequentemente dos contratos com o Poder Público, posto que possui participação irrisória no capital social.

35. Outro contrato com a Seane está sendo analisado no Processo nº 26.900/2007, tendo sido, por força do disposto no item V da Decisão nº 2.414/2016, chamados em audiência diversos servidores da SES/DF, inclusive:

d) Sr. Sérgio Raimundini Cavechia, por ter exercido, concomitantemente, a função de Coordenador de Nefrologia, executor do Contrato n.º 012/2007-SES/DF e de sócio/diretor da empresa Seane, prestadora dos serviços relativos ao citado ajuste, tendo atuado, ainda, como representante da Administração quando a sua irmã, Sra. Sandra Raimundini Cavechia, era representante da Seane;

e) Sr. José Geraldo Maciel, então Secretário de Estado de Saúde, por ter nomeado o Sérgio Raimundini Cavechia como Coordenador de Nefrologia da SES/DF, ao arrepio do interesse público e em afronta aos princípios da impessoalidade, da moralidade e da segregação de funções;

36. O servidor **Sérgio Raimundini Cavechia** também respondeu a processo administrativo disciplinar por ser servidor e concomitantemente ter participado de sociedade que possuía contrato com a SES/DF, tendo sido aplicada pena de suspensão de 90 (noventa) dias a ele, como se vê (Processo nº 11.843/2013, e-DOC EC5ACA5F-e, pp. 33-34):

101. Por meio da Nota de Auditora 03_11843/15 (PT 6, fls. 4/5), foi solicitada à SES/DF a relação dos Processos Administrativos Disciplinares e outros procedimentos congêneres, como sindicâncias e afins, referentes a TRS, instaurados no período de 2014 e 2015, constando o nome do servidor, o objeto e o estágio processual atual. Em resposta, conforme consta do Despacho 948/2015-DIPD/COR/SES, a Corregedoria da Saúde informou da existência de apenas 01 (um) PAD de nº 002/2013, Processo 060.001.918/2013 em desfavor do servidor médico, o Sr. Sérgio Raimundini Cavechia (PT 7, fls.37/38). Observe-se que o servidor indicado consta do Quadro anterior com a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



matrícula 1276174, sócio das clínicas IDRC e Seane.

102. Examinando-se referido processo disciplinar, observa-se que a Comissão de Sindicância constatou a ilegalidade do vínculo do servidor com a clínica contratada e sugeriu pena de demissão (PT 15, fl. 49). No entanto, no julgamento, a Corregedoria da Saúde decidiu pela aplicação de pena de suspensão por 90 (noventa) dias, convertida em multa no mesmo documento (PT 15, fls. 67/68). Posteriormente, a Corregedoria da Saúde determinou o cancelamento da multa, a restituição do valor ao servidor e o arquivamento do processo, em vista do acolhimento de recurso fundamentando-se na prescrição da pretensão punitiva (PT 15, fls. 69/76).

Do Contrato nº 016/2010-SES/DF (INEB - Instituto de Nefrologia de Brasília Ltda. Antigo IDRC - Instituto de Doenças Renais de Ceilândia Ltda.)

*37. Embora não tenham sido constatados executores do Contrato trabalhando nos mesmos setores que sócios das contratadas, observou-se que a sócia responsável por assinar pela contratada o segundo e o terceiro termos aditivos ao Contrato também é a servidora da SES/DF **Karime da Veiga Jardim Pacheco**, portadora do CPF nº 785.739.801-25 e da matrícula nº 01542109 (fls. 630/634), apesar de não constar no Sistema CNPJ, da RFB, se ela seria sócia-administradora à época. Ressalte-se que ela se desligou do INEB posteriormente, em 23/02/2015 (fl. 635).*

38. Também se teve notícia da existência do Processo Administrativo Disciplinar nº 480-000.139/2015 instaurado pela CGDF, com vistas a apurar supostas irregularidades nos contratos com o então IDRC (atual INEB) e com o IDR – Instituto de Doenças Renais (fls. 643/644). Em face disso, deve-se requerer à CGDF cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver.

Do Contrato nº 162/2014-SES/DF (Sociedade de Clínica Médica S/S)

*39. O sócio da contratada e servidor da SES/DF **Marcelo Antônio Martins Almeida**, matrícula nº 01252771, embora não trabalhe na mesma unidade que os executores de contrato ou tenha assinado o contrato e os aditivos, atua na SES/DF na área que é objeto do contrato (Hospital de Base do Distrito Federal, que está no Plano Piloto), às fls. 636/639, o que também poderia configurar conflito de interesses.*

Do Contrato de Credenciamento nº 13/2013-CBM/DF (Hospital Santa Helena)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

Fls. ____

Proc.:35.896/14

rubrica

40. O Contrato nº 13/2013 da SES/DF não foi com o Hospital Santa Helena (fl. 640-v). Em buscas realizadas, inferiu-se que, pelo valor e pela contratada, trata-se do Contrato de Credenciamento nº 13/2013 firmado entre o Hospital Santa Helena e o Corpo de Bombeiros Militar do DF (fls. 641/642). Nesse caso, a priori, não se observaria conflito de interesses ou descumprimento do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, posto que **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, é apenas servidor da SES/DF.

41. Por outro lado, constam empenhos em 2013 cujos credores são os Hospitais Santa Helena e Prontonorte, onde ele exerceria o cargo de Diretor, mas tratam de procedimentos realizados majoritariamente entre 2009 e 2011.

42. Posto isso e não havendo empenhos para os hospitais nos quais o servidor da SES/DF **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, é diretor e acionista, não se vislumbra ilegalidade ou possível conflito de interesses quanto ao Contrato de Credenciamento nº 13/2013-CBM/DF, citado na Representação nº 14/2015-ML, às fls. 456/457.

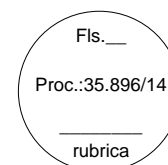
43. Assim, deve ser objeto de apuração pela SES/DF o suposto descumprimento dos artigos 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, da LC nº 840/2011 pelos servidores listados na Representação nº 14/2015-ML, no parágrafo 25, provenientes do Relatório Final do Processo nº 11.843/2015, e no parágrafo 37 desta Informação (servidora **Karime da Veiga Jardim Pacheco**, matrícula nº 01542109). Importante ressaltar que o contrato com o IDRC (atual INEB) teve vigência até 31/05/2013 e os demais permaneceram vigentes ao menos até 2014, conforme consta no Quadro 7 do Relatório Final do Processo nº 11.843/2015 (e-DOC nº EC5ACA5F-e). Todos os casos a serem apurados pela SES/DF estão listados na tabela a seguir:

TABELA II – Servidores da SES/DF que são sócios de contratadas da SES/DF				
Nº	Matrícula	Nome	Sociedade Empresária	Contrato
1	01276174	Sérgio Raimundini Cavechia	Seane - Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica Ltda. CPNJ nº 01.619.412/0001-77.	012/2007 28/2013
2	01292269	Rosana Chicon Silva		
3	0154506X	Renata Miguel Quirino		
4	01226134	Hilton Carlos Rocha Dias		
5	01159011 01501259	Odimary Araújo Costa Reis Silva		
6	01280465	Maria da Penha Almeida Batista	Clínica de Doenças Renais de Taguatinga Ltda. CNPJ nº	21/2008 160/2014
7	01384236	Liene Maria Sobral Neves		
8	01297546	Gracy Ara de Almeida Nery Ferreira		



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



9	0118248X	Evandro Reis da Silva Filho *	38.033.882/000 1-64.	
10	01252771	Marcelo Antônio Martins Almeida	Sociedade de Clínica Médica S/S. CNPJ nº 00.648.717/000 1-44.	18/2008 162/2014
11	0169927X	Maya Caetano Paes de Almeida	INEB - Instituto de Nefrologia de Brasília Ltda. (antigo IDRC - Instituto de Doenças Renais de Ceilândia Ltda.). CNPJ nº 10.580.711/000 1-36.	16/2010
12	14420554	Isabela Novais Medeiros		
13	01542303	Roberta Casanovas Tavares Bello		
14	01542109	Karime da Veiga Jardim Pacheco	CDRB - Clínica de Doenças Renais de Brasília Ltda. CNPJ nº 01.602.408/000 1-04.	28/2008
15	0118248X	Evandro Reis da Silva Filho *	IDR - Instituto de Doenças Renais Ltda. CNPJ nº 04.373.272/000 1-98.	22/2010
16	01353268	Andrea de Paula Bertolacini	Renal Care - Prevenção e Tratamento Ltda. CNPJ nº 01.856.738/000 1-18.	23/2010
17	01234226	Mario Ernesto Rodrigues		

* Servidor listado duas vezes, por possuir participação em duas sociedades com contrato com a SES/DF.

44. Nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos, a SES/DF deve encaminhar cópia das principais peças dos processos administrativos disciplinares respectivos.

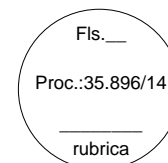
45. Os sócios do **IDRC - Instituto de Doenças Renais de Ceilândia (atual INEB)** e servidores da SES/DF **Sérgio Raimundini Cavechia**, matrícula nº 01276174, e **Whelington Figueiredo Rocha**, matrícula nº 16584929, não estão na Tabela II por terem ingressado nessa sociedade empresária em 23/02/2015, após o término da vigência do contrato, em 31/05/2013 (fl. 631-v), além de o segundo sócio citado somente ter ingressado na SES/DF em 04/06/2013, vínculo do qual se desligou em 03/12/2013, conforme consta no SIGRH.

46. Dos novos casos, que não constavam na Representação nº 14/2015-ML, mas que estão listados no Processo nº 11.843/2015, cabe destacar o caso da servidora **Andrea de Paula Bertolacini**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



Barbosa, matrícula 1353268, sócia do IDR – Instituto de Doenças Renais Ltda., que tinha contrato com a SES/DF vigente à época em que seu cônjuge foi Secretário de Saúde do DF, em flagrante conflito de interesses, como relatado no mencionado Processo nº 11.843/2015 (e-DOC EC5ACA5F-e, p. 33):

Destaca-se que a servidora da SES/DF Andrea de Paula Bertolacini Barbosa, matrícula 1353268, que possui vínculo societário com a clínica IDR, conforme Quadro anterior, também tem relação de parentesco (cônjuge) com o ex-Secretário de Saúde, o Sr. Rafael de Aguiar Barbosa (PT 16, fl. 840). A Clínica IDR firmou o Contrato nº 22 com a SES/DF, com vigência no período de 12/03/2010 a 11/03/2015. O Sr. Rafael Barbosa foi titular da Pasta no período de 01/01/2011 a 03/04/2014.

47. Em relação aos contratos ora analisados, sugere-se que esta Corte autorize o encaminhamento de cópia da instrução e da decisão que vier a ser proferida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 185 do Regimento Interno desta Corte (Resolução nº 38/1990), para avaliar se as condutas ora analisadas configurariam ilícitos penais ou atos de improbidade administrativa, e determine que:

I. a SES/DF:

a) em cumprimento ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e para aprimorar sua gestão de riscos e seus instrumentos de controle, vede a contratação de entidades privadas cujos sócios ou parentes dos sócios até o terceiro grau sejam servidores da SES/DF, ainda que afastados ou licenciados por qualquer motivo, além de não permitir que os executores de contratos trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos com sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;

b) instaure processo administrativo disciplinar com vistas a apurar se as condutas relatadas no parágrafo 15 e seguintes, praticadas pelos servidores listados na Tabela II se enquadram no previsto nos artigos 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, ambos da LC nº 840/2011;

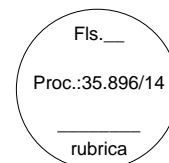
c) nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos citados no item anterior, a SES/DF deve encaminhar cópia das principais peças dos processos administrativos disciplinares respectivos;

II. a CGDF encaminhe ao Tribunal cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



Processo nº 480-000.139/2015, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver.

48. Pelo exposto, sugere-se:

I. considerar cumprido o item I-b e não cumprido o item I-a, ambos da Decisão nº 1048/2016;

II. conceder à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal mais 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento da Decisão desta Corte, para que dê cumprimento ao item V da Decisão nº 1.894/14 com prioridade para os 94 servidores listados na Tabela I;

III. determinar à SES/DF que:

a) instaure processo administrativo disciplinar com vistas a apurar suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhando a esta Corte as providências adotadas, em face:

*a.1) das servidoras **Rosana Chicon Silva**, matrícula nº 01292269, e **Renata Miguel Quirino**, matrícula nº 0154506X, em relação ao vínculo com o **Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda.**, no período de 07/04/2014 a 01/06/2015;*

*a.2) do servidor **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, em relação aos vínculos com os Hospitais Santa Helena e Prontonorte;*

b) instaure processo administrativo disciplinar com vistas a apurar se as condutas relatadas no parágrafo 15 e seguintes, praticadas pelos servidores listados na Tabela II se enquadram no previsto nos artigos 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, ambos da LC nº 840/2011;

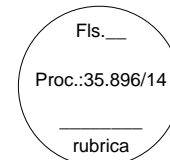
c) nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos citados no item anterior, a SES/DF deve encaminhar cópia das principais peças dos processos administrativos disciplinares respectivos;

d) em cumprimento ao artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e para aprimorar sua gestão de riscos e seus instrumentos de controle, vede a contratação de entidades privadas cujos sócios ou parentes dos sócios até o terceiro grau sejam servidores da SES/DF, ainda que afastados ou licenciados por qualquer motivo, além



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



de não permitir que os executores de contratos trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos com sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;

IV. determinar à CGDF que encaminhe ao Tribunal cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas no Processo nº 480-000.139/2015, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver;

V. encaminhar cópia da instrução e da decisão que vier a ser proferida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 185 do Regimento Interno desta Corte (Resolução nº 38/1990), para avaliar se as condutas ora analisadas configurariam ilícitos penais ou atos de improbidade administrativa;

VI. autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.”

7. Posteriormente, após a juntada dos documentos de fls. 667/744, a Instrução elaborou a Informação de fls. 745/748, de 22.7.2016, assim redigida:

“Estes autos foram restituídos a esta Divisão, em face da juntada dos documentos de fls. 667/744, que, por equívoco, haviam sido encaminhados para a Secretaria de Contas.

*2. Na nova documentação, a jurisdicionada informa que não encontrou situação semelhante à do servidor **Ayrton de Castro Gonçalves Barroso**. Quanto a esse aspecto, como mencionado na informação de fls. 645/662, observou-se que, dos 993 servidores citados às fls. 107/149, 94 possuem registro como sócio, exceto acionista, cotista ou comanditário, no cadastro da SEF/DF, o que os colocaria em situação semelhante à do servidor **Ayrton**, requerendo verificação por parte da SES/DF, como recomendado na informação de fls. 645/662.*

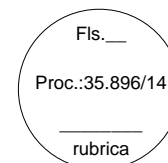
3. Por outro lado, como a relação de 993 servidores trata de situações em que haveria acumulação de cargos no âmbito da SES/DF, foi feito um levantamento caso a caso quanto a esse aspecto e o relatório técnico que resultou desse trabalho realizado pela Corregedoria de Saúde da SES está às fls. 669/744.

*4. Embora não contribua para sanar as pendências quanto ao item V da Decisão nº 1.894/2014, o relatório supracitado aponta que a maioria dos casos de acumulação de cargos foi considerada lícita ou resolvida e alguns se encontram em análise pela SES. Quanto a essas situações, cabe mencionar que: (1) no caso dos servidores **Claudia Regina de Carvalho Sousa** e **Francisco Petrônio Guedes**, às fls. 671 e 701-v, embora conste que essas*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



acumulações seriam ilícitas, com o desligamento de um dos vínculos, eles continuaram com apenas um cargo/emprego público (SIGRH e RAIS 2012, 2013 e 2014), sendo lícitas suas situações, portanto; **(2) a servidora Maria de Fátima Martins Peres** (fl. 707-v) possui um vínculo inativo na SES/DF e outro no Ministério da Saúde, ambos de médico, sendo regular, portanto, sua situação. Neste último caso, houve menção à aplicação da Portaria nº 292/2001-SGA, que determina que a análise da acumulação de cargos deve ser realizada pela Comissão Permanente de Acumulação de Cargo e Emprego do órgão que efetuou o último provimento. Embora essa seja uma boa prática, que evita o retrabalho, não exime a necessidade de análise pelo(s) órgão(s) do(s) vínculo(s) anterior(es) quando da omissão da entidade do último vínculo, por força do previsto no art. 180, inciso V, c/c o art. 48 da LC nº 840/2011, em especial quando o novo vínculo for em órgão não submetido à Portaria nº 292/2001-SGA.

5. Para finalizar a questão da acumulação de cargos, é importante destacar que foi realizado um amplo trabalho em todas as jurisdições desta Corte nos anos de 2013 e 2014 e as acumulações possivelmente ilícitas detectadas na SES/DF estão sendo tratadas no Processo nº 29.590/2013. E, em trabalho conjunto com o TCU e com outros Tribunais de Contas, está em curso um novo procedimento de verificação de vínculos públicos (Processo nº 8608/2016-e), que complementarará o primeiro trabalho realizado por esta Divisão e minimizará a possibilidade de manutenção de acumulações de cargos, empregos e funções públicos em desconformidade com a legislação em vigor.

6. Para encerrar, retomando o tema conflito de interesses tratado na informação de fls. 645/662, foi matéria¹ do programa Fantástico, da Rede Globo, acusação de que funcionários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em Goiás estariam levando pacientes para determinados centros de terapia intensiva (CTIs) em troca de propina, além de serem realizadas internações quando não eram necessárias e da piora do quadro de saúde de pacientes para que fosse preciso interná-las. Em alguns casos não havia vínculo empregatício ou societário entre os funcionários e as empresas, mas chamou atenção na reportagem que o Secretário Municipal de Saúde de Goiânia tivesse sido sócio de empresa que atua nesse ramo de negócio (CTIs), a qual depois foi transferida para sua esposa, que atende a pacientes do SAMU e que estava sob investigação, o que reforça a argumentação apresentada na informação anterior quanto à necessidade de se vedar que servidores da SES/DF sejam sócios de prestadoras de serviços dessa Secretaria, de modo a evitar que situações como essa

¹ G1. **Funcionários do Samu são acusados de levar pacientes a CTIs por propina.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/07/funcionarios-do-samu-sao-acusados-de-levar-pacientes-ctis-por-propina.html>>. Acesso em: 21 jul. 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



ocorram no âmbito desse órgão.”

8. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 667/744;

II. considerar cumprido o item I-b e não cumprido o item I-a, ambos da Decisão nº 1048/2016;

III. conceder à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal mais 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento da Decisão desta Corte, para que dê cumprimento ao item V da Decisão nº 1.894/14 com prioridade para os 94 servidores listados na Tabela I (fls. 646/648), encaminhando-lhe cópia desta instrução e da de fls. 645/662;

IV. determinar à SES/DF que:

a) instaure processo administrativo disciplinar com vistas a apurar suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhando a esta Corte as providências adotadas, em face:

*a.1) das servidoras **Rosana Chicon Silva**, matrícula nº 01292269, e **Renata Miguel Quirino**, matrícula nº 0154506X, em relação ao vínculo com o **Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda.**, no período de 07/04/2014 a 01/06/2015;*

*a.2) do servidor **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, em relação aos vínculos com os Hospitais Santa Helena e Prontonorte;*

b) instaure processo administrativo disciplinar com vistas a apurar se as condutas relatadas no parágrafo 15 e seguintes (fls. 651/660), praticadas pelos servidores listados na Tabela II (fl. 659) se enquadram no previsto nos artigos 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, ambos da LC nº 840/2011;

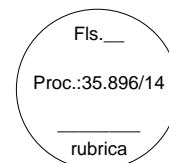
c) nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos citados no item anterior, a SES/DF deve encaminhar ao Tribunal os respectivos relatórios conclusivos;

d) em cumprimento ao artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e para aprimorar sua gestão de riscos e seus instrumentos de controle, vede a contratação de entidades privadas cujos sócios ou parentes dos sócios até o terceiro grau sejam servidores da SES/DF, ainda que afastados ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



licenciados por qualquer motivo, além de não permitir que os executores de contratos trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos com sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;

V. *determinar à CGDF que encaminhe ao Tribunal cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas no Processo nº 480-000.139/2015, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver;*

VI. *encaminhar cópia desta instrução, da de fls. 645/662 e da decisão que vier a ser proferida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 185 do Regimento Interno desta Corte (Resolução nº 38/1990), para avaliar se as condutas ora analisadas configurariam ilícitos penais ou atos de improbidade administrativa;*

VII. *alertar a SES/DF que o que consta na Portaria nº 292/2001-SGA não exime a necessidade de análise quanto à regularidade da acumulação de cargos, empregos e funções públicos pelo(s) órgão(s) do(s) vínculo(s) anterior(es) quando da omissão da entidade do último vínculo, por força do previsto no art. 180, inciso V, c/c o art. 48 da LC nº 840/2011, em especial quando o novo vínculo for em órgão não submetido à Portaria nº 292/2001-SGA;*

VIII. *autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.”*

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 822/16, de 26.8.2016, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (fls. 750/767), aquiesce às propostas da Unidade Instrutiva, com adendo. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“13. Ab initio, conforme é possível depreender do exame realizado pelo Corpo Técnico nas Informações às fls. 645/662 e 745/748, **duas** são as nuances que exsurtem na atual fase processual, quais sejam: i) o exame das determinações contidas na r. Decisão nº 1.048/2016, item I.a e I.b; e ii) **o mérito da Representação nº 14/2015-ML**, fls. 456/457.

14. Nesse contexto, este Órgão Ministerial sublinha os termos das determinações contidas na r. Decisão nº 1.048/2016, **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

Fls. ____
Proc.:35.896/14

rubrica

I – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a diligência contida no inciso V da Decisão nº 1.894/14¹ (exarada no Processo nº 4.197/10); b) apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao teor da Representação nº 14/15-ML, conforme determinação constante do inciso II da Decisão nº 4.002/2015 (prolatada no bojo do Processo nº 24.082/15-e);

II – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de que o descumprimento reiterado de deliberação da Corte poderá ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94;

III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.” (Grifos acrescidos).

15. A Representação nº 14/2015-ML, fls. 456/457, narrou ao e. **TCDF** fortes indícios de cometimentos das infrações previstas no art. 193, IX e X, da Lei Complementar nº 840/2011 por servidores da SES/DF. Indicou, ainda, ofensa ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993. Vale transcrever o teor dos citados dispositivos:

“Art. 193. São **infrações graves** do grupo I:

(...)

IX exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

X participar de gerência ou administração de sociedade ou empresa privada, personificada ou não personificada, salvo:

a) nos casos previstos nesta Lei Complementar;

b) nos períodos de licença ou afastamento do cargo sem remuneração, desde que não haja proibição em sentido contrário, nem incompatibilidade;

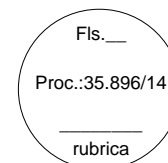
c) em instituições ou entidades beneficentes, filantrópicas, de caráter social e humanitário e sem fins lucrativos, quando

¹ “V – determinar, ainda, o envio à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de cópia dos documentos de fls. 456/500 do Processo nº 060.007.756/2009, para que apure as irregularidades noticiadas pelo servidor AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO, de que outros servidores por ele relacionados também estariam descumprindo a legislação vigente, em especial o disposto no art. 117, inciso X, da Lei nº 8112/90 e no item b.4 da Decisão nº 42/2006, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas por aquela Pasta;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



compatíveis com a jornada de trabalho.”

*“Art. 9º **Não poderá participar**, direta ou indiretamente, **da licitação ou da execução** de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:*

***III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.”** (Grifos acrescidos).*

16. No que concerne ao atendimento da determinação contida no **item V** da r. Decisão nº 1.894/2014, conforme aduziu o Corpo Técnico, a SES/DF **não elucidou** adequadamente a demanda do e. **TCDF**, em razão da **ausência de informações acerca das medidas adotadas para apurar o cometimento de infração funcional pelos servidores da Pasta**.

17. Nesse contexto, vale dizer que o Corpo Instrutivo, ao apreciar a configuração de infração funcional pelos servidores indicados na denúncia que culminou na prolação da r. Decisão nº 1.894/2014, identificou que **94 servidores da SES/DF exerciam gerência ou administração de sociedades**, em desacordo com a vedação contida na LC nº 840/2011. Com efeito, conforme arrazou o Corpo Técnico, **é premente a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a conduta dos servidores indicados no parágrafo 8 da Informação de fls. 645/662**.

18. No tocante aos **5 servidores listados na Representação nº 14/2015-ML**, os quais supostamente atuavam como sócios administrativos de entidades privadas, o Corpo Técnico constatou a procedência da manifestação do **MPC/DF**.

19. A par dos documentos juntados aos autos em exame e dos dados disponíveis nos sistemas da RFB e da SEF/DF, quanto ao Sr. Sérgio Raimundo Cavechia, malgrado tenha identificado descumprimento do impedimento contido no art. 193, X, da Lei Complementar nº 840/2011, o Corpo Instrutivo sugeriu que o e. **TCDF** releve a ilegalidade em comento, tendo em conta a **liquidação voluntária da Clínica do Rim de Águas Lindas em 6/5/2008**.

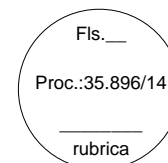
20. Para o Corpo Técnico, o tempo transcorrido desde a dissolução da sociedade empresária infirma a viabilidade de identificação de prejuízos decorrentes do acúmulo de funções em destaque.

21. Aos olhos deste **Parquet** especializado, parece **razoável** a sugestão emanada do Corpo Instrutivo, máxime em face da mitigação do efeito pedagógico decorrente da eventual instauração de processo administrativo para apurar a conduta do Sr. Sérgio Raimundo Cavenchia, tendo em conta que o encerramento das atividades da sociedade empresária listada na Representação nº 14/2015-ML ocorreu em 2008.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



22. A mesma inteligência deve ser aplicada em relação ao Sr. Enzo Galvão Diniz Torreão Braz. **In casu**, o desligamento do servidor da Amigo Assistência Médica Ltda. e da Cooperativa dos Centros de Diálise e Transplante Associados Ltda. foi registrado em 10/8/2010 e 23/10/2003, respectivamente. Ademais, conforme noticiou o Corpo Técnico, o aludido agente público não exerceu a função de administrador na Clinefro Brasília Serviços Médicos Ltda.

23. Por outro lado, em consonância com o exame realizado pelo Corpo Técnico, verifica-se que as Sras. Rosana Chicon Silva e Renata Miguel Quirino **infringiram** a vedação contida no art. 193, X, da LC nº 840/2011, em razão do vínculo societário das servidoras com o Instituto de Doenças Renais de Bauru Ltda. De modo análogo, restou evidenciada a configuração de infração funcional pelo Sr. Arnaldo Alexandre Alves de Araújo. Nesse particular, vale rememorar que os **parágrafos 13 e 14** da instrução de fls. 645/662 apresentam detalhadamente a conduta dos mencionados servidores que é passível de subsunção ao art. 193, X, do mencionado diploma.

24. Em relação à caracterização de conflito de interesse, o profícuo exame realizado pelo Corpo Técnico **corroborou** as irregularidades descritas no Representação nº 14/2015-ML, exceto no tocante ao Contrato nº 13/2013. Nesse giro, o Corpo Técnico salientou que o ajuste foi firmado entre o Hospital Santa Helena e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, portanto órgão diverso do local de lotação dos servidores sócios da entidade privada contratada pelo Poder Público.

25. Destarte, conforme arrazoou o Corpo Instrutivo, ante a verificação de ofensa à vedação contida no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993, o e. **TCDF** deve determinar a instauração de processos administrativos para apurar o descumprimento das vedações contidas nos arts. 192, IV, e 194, IV, da LC nº 840/2011. **In casu**, os procedimentos correccionais devem envolver os servidores listados no parágrafo 43 da Informação nº 645/662.

26. Na esteira do propugnado pela cuidadosa Divisão de Fiscalização de Pessoal, este **MPC/DF** entende que a Pasta, caso já tenha instaurado procedimento administrativo para apurar a conduta dos servidores indicados no **parágrafo 43** da Informação de fls. 645/662, deve encaminhar as principais Peças dos processos ao e. **TCDF**.

27. **Ademais**, em razão das conclusões a que chegaram tanto o Corpo Técnico como este Órgão Ministerial e levando em consideração a amostragem de casos levantada pelo **Parquet** na sua exordial, pode o c. **Plenário**, em **adendo** às sugestões emanadas da Divisão de Fiscalização de Pessoal, considerar **procedente** a Representação nº 14/2015-ML, no que se refere ao exercício cumulativo de cargo público com administração ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1

Fls. ____
Proc.: 35.896/14

rubrica

gerência de entidade privada por alguns servidores da SES/DF, bem como no que tange à infringência ao disposto no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993 por agentes públicos do referido órgão distrital.

28. Por derradeiro, em razão de a Representação nº 14/2015-ML trazer rol ilustrativo que indicava violação ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993, este Órgão Ministerial entende ser pertinente que o c. **Plenário** determine à jurisdicionada que adote medidas efetivas voltadas à **identificação de contratos atualmente em execução e que possuam no quadro societário das contratadas servidores da SES/DF**, instaurando os competentes processos disciplinares e evitando a ocorrência da irregularidade destacada na exordial. A adoção de tais medidas **deverá** ser comunicada ao c. **TCDF** no prazo de 60 dias.

29. Ante o exposto, este **Parquet** de Contas possui entendimento **convergente** com aquele contido nas Informações de fls. 645/662 e 745/748, sugerindo que o e. **TCDF** acolha integralmente as recomendações emanadas do Corpo Instrutivo, com os **adendos** mencionados nos parágrafos 27/28."

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



VOTO

10. Nesta fase examina-se o cumprimento da determinação contida no inciso V da Decisão nº 1.894/14-CRR (exarada no Processo nº 4.197/10), bem como a manifestação da Secretaria de Estado de Saúde apresentada em atenção à Decisão nº 4.002/15-CPM, a respeito do teor da Representação nº 14/15-ML.

11. O inciso V da Decisão nº 1.894/14-CRR tem a seguinte redação:

“V – determinar, ainda, o envio à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de cópia dos documentos de fls. 456/500 do Processo nº 060.007.756/2009, para que apure as irregularidades noticiadas pelo servidor AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO, de que outros servidores por ele relacionados também estariam descumprindo a legislação vigente, em especial o disposto no art. 117, inciso X, da Lei nº 8112/90⁴ e no item b.4 da Decisão nº 42/2006⁵, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas por aquela Pasta;”

12. A Representação nº 14/2015-ML, oferecida pelo Ministério Público junto a este Tribunal, versa sobre possíveis irregularidades no exercício de administração ou gerência de sociedades empresariais por servidores da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, em violação a dispositivos da Lei Complementar nº 840/11 e da Lei nº 8.666/93.

13. Da documentação enviada, o Corpo Técnico constatou que as sociedades compostas por servidores da Secretaria de Estado de Saúde prestam serviços ao DF mediante contratos administrativos, o que configura ofensa ao art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93. Em razão disso, sugere determinação à jurisdicionada e à Controladoria-Geral, uma vez que não foram informadas as medidas adotadas para apurar a infração funcional cometida pelos servidores da Pasta.

14. O Ministério Público aquiesce à proposta da Unidade Instrutiva, com acréscimo de se julgar procedente a Representação nº 14/2015-ML e determinar adoção medidas **“voltadas à identificação de**

⁴ Art. 117. Ao servidor é proibido: [...]

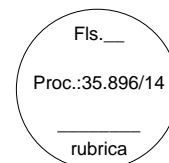
X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

⁵ Decisão nº 42/06-CRCC: “[...] b.4) alerte a todos os seus servidores de que, nos termos 117, X, da Lei nº 8.112/90, é vedada a participação de servidores em gerência ou administração de empresas privadas, de sociedades civis ou não exercem o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; [...]”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



contratos atualmente em execução e que possuam no quadro societário das contratadas servidores da SES/DF, instaurando os competentes processos disciplinares e evitando a ocorrência da irregularidade destacada na exordial”.

Não há reparos as considerações tecidas nos pareceres, razão pela qual VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos documentos de fls. 482/644 667/744;

II. tenha por:

a) cumprido o inciso I, alínea “b” da Decisão nº 1.048/16⁶;

b) descumprido o inciso I, alínea “a” da Decisão nº 1.048/16⁷;

III. julgue procedente a Representação nº 14/2015-ML, no que se refere ao exercício cumulativo de cargo público com administração ou gerência de entidade privada por alguns servidores da Secretaria de Estado de Saúde do DF, bem como no que tange à infringência ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 por agentes públicos do referido órgão distrital;

IV. determine à Secretaria de Estado de Saúde que:

a) no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento da deliberação que vier a ser proferida, dê cumprimento ao inciso V da Decisão nº 1.894/14 com prioridade para os 94 servidores listados na Tabela I (fls. 646/648);

b) no prazo de 60 (sessenta) dias, promova a apuração

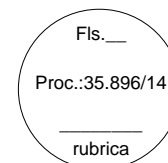
⁶ Decisão nº 1.048/16-CPM: “[...] b) apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao teor da Representação nº 14/15-ML, conforme determinação constante do inciso II da Decisão nº 4.002/2015 (prolatada no bojo do Processo nº 24.082/15-e) [...]”; Decisão nº 1.048/16-CPM: “[...] a) cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a diligência contida no inciso V da Decisão nº 1.894/14 (exarada no Processo nº 4.197/10) [...]”;

⁷ Decisão nº 1.048/16-CPM: “[...] a) cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a diligência contida no inciso V da Decisão nº 1.894/14 (exarada no Processo nº 4.197/10) [...]”;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



de suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X⁸, da Lei Complementar nº 840/11, dando conhecimento a esta Corte das providências adotadas em face:

1) das servidoras **Rosana Chicon Silva**, e **Renata Miguel Quirino**, em relação ao vínculo com o **Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda.**, no período de 7.4.2014 a 1.6.2015;

2) do servidor **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, em relação aos vínculos com os Hospitais Santa Helena e Prontonorte;

c) no prazo de 60 (sessenta) dias, mande apurar se as condutas relatadas no parágrafo 15 e seguintes (fls. 651/660), praticadas pelos servidores listados na Tabela II (fl. 659) se enquadram nas hipóteses previstas nos arts. 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, ambos da Lei Complementar nº 840/11;

d) nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos citados na alínea anterior, encaminhe ao Tribunal os respectivos relatórios conclusivos;

e) adote medidas efetivas voltadas à identificação de contratos atualmente em execução que tenham no quadro societário das entidades contratadas servidores da Secretaria de Estado de Saúde, promovendo a devida apuração e disso dando conhecimento ao Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias;

V. alerte à Secretaria de Estado de Saúde que o art. 9º, inciso

⁸ Art. 193. São infrações graves do grupo I: “[...] X. participar de gerência ou administração de sociedade ou empresa privada, personificada ou não personificada, salvo:

a) nos casos previstos nesta Lei Complementar;

b) nos períodos de licença ou afastamento do cargo sem remuneração, desde que não haja proibição em sentido contrário, nem incompatibilidade;

c) em instituições ou entidades beneficentes, filantrópicas, de caráter social e humanitário e sem fins lucrativos, quando compatíveis com a jornada de trabalho.

Parágrafo único. A reassunção das atribuições, depois de consumado o abandono de cargo, não afasta a responsabilidade administrativa, nem caracteriza perdão tácito da administração pública, ressalvada a prescrição.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



III, da Lei nº 8.666/93⁹ veda a contratação de entidades privadas cujos sócios ou parentes dos sócios até o terceiro grau sejam servidores da Secretaria de Estado de Saúde, ainda que afastados ou licenciados por qualquer motivo, além de não permitir que os executores de contratos trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos com sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;

VI. determine à Controladoria-Geral do DF que encaminhe ao Tribunal cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas no Processo nº 480.000.139/15, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver;

VII. encaminhe cópia das Informações de fls. 645/662 e 746/748 e da decisão que vier a ser proferida:

a) à Secretaria de Estado de Saúde a fim de subsidiar o cumprimento da determinação contida no inciso IV, alínea “a”;

b) ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 185 do Regimento Interno desta Corte (Resolução nº 38/90), para avaliar se as condutas ora analisadas configurariam ilícitos penais ou atos de improbidade administrativa;

VIII. alerte a Secretaria de Estado de Saúde que o que consta na Portaria nº 292/2001-SGA não exime a necessidade de análise, quanto à regularidade da acumulação de cargos, empregos e funções públicos pelo(s) órgão(s) do(s) vínculo(s) anterior(es), quando da omissão da entidade do último vínculo, por força do previsto no art. 180, inciso V, c/c o art. 48 da Lei Complementar nº 840/11, em especial quando o novo vínculo for em órgão não submetido à Portaria nº 292/2001-SGA;

⁹ Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

[...]

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S1



IX. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para os devidos fins.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2016.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).

DIGITALIZADO